TEXTO PARA DISCUSSÃO № 531

Gastos Governamentais Voltados para a Melhoria da Produtividade e Competitividade da Agricultura

Carlos Monteiro Villa Verde*



330.908 159 101531

Brasília, dezembro de 1997

15/12/97

Gastos governamentais voltados para a melhoria da produtivid



24720-0

IPEA - BS

^{*} Técnico da Diretoria de Planejamento e Políticas Públicas do IPEA.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Ministro: Antônio Kandir

Secretário Executivo: Martus Tavares



Presidente Fernando Rezende

DIRETORIA

Claudio Monteiro Considera Gustavo Maia Gomes Luís Fernando Tironi Luiz Antonio de Souza Cordeiro Mariano de Matos Macedo Murilo Lôbo

O IPEA é uma fundação pública, vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, cujas finalidades são: auxiliar o ministro na elaboração e no acompanhamento da política econômica e promover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

Tiragem: 170 exemplares

COORDENAÇÃO DO EDITORIAL

Brasília - DF:

SBS Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES, 10° andar

CEP 70076-900

Fone: (061) 315 5374 — Fax: (061) 315 5314

E-mail: editbsb@ipea.gov.br

SERVIÇO EDITORIAL Rio de Janeiro — RJ:

Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 14º andar

CEP 20020-010

Fone: (021) 212 1140 - Fax: (021) 220 5533

E-mail: editri@ipea.gov.br

TOMBOCO 3
24720-0

DATA 28 / 4 98

SUMÁRIO

SINOPSE

- 1 INTRODUÇÃO 7
- 2 POLÍTICAS SELECIONADAS 8
- 3 EVOLUÇÃO DOS GASTOS POR PROGRAMAS NO PERÍODO 1980/1995 10
- 4 DETALHAMENTO DOS GASTOS SEGUNDO OS PRINCIPAIS PROGRAMAS 15
- 5 CONCLUSÃO 32

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 33



SINOPSE

O trabalho se propõe a analisar a evolução dos dispêndios, no período 1980/1995, com algumas políticas voltadas para a melhoria da produtividade e competitividade da agricultura. Fica evidente a queda dos gastos com essas políticas nos períodos de adoção de programas de estabilização como foram os anos 80. De maneira geral, os gastos apresentam grandes oscilações ao longo do período analisado, o que evidencia a falta de uma estratégia governamental de médio e de longo prazo para a condução dessas políticas.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira vem sendo submetida a um processo intenso de concorrência com produtos de outros países, tanto no mercado interno quanto no externo. As razões que levaram a essa situação são bastante conhecidas e podem ser explicadas pelo rápido processo de abertura comercial, pela política de estabilização com base na âncora cambial, pela possibilidade de importar com prazos favoráveis e juros menores, além de, em alguns casos, por ter que competir com produtos subsidiados.

Diante desse quadro, uma das poucas alternativas existentes é melhorar os ganhos de produtividade da agricultura brasileira. Em vista disso, este estudo se propõe a verificar, e, em alguns casos, analisar, a evolução dos gastos do governo federal com algumas políticas voltadas para a melhoria da produtividade e competitividade da agricultura no período 1980/1995. A análise desse período permitirá verificar-se até que ponto as políticas de ajuste executadas nos anos 80 afetaram esse tipo de gasto e qual tem sido o comportamento adotado a partir de 1990, quando a abertura se dá de forma mais intensa.

Quanto à escolha das políticas a serem analisadas, optou-se por aquelas que têm maior grau de adesão com a agricultura e que influem na produtividade e competitividade do setor agropecuário. A maior parte dessas políticas é atribuição do Ministério da Agricultura, do Ministério da Educação e do Desporto e do antigo Ministério do Interior.

Trata-se, portanto, de uma análise que limita o seu escopo a algumas políticas previamente selecionadas, o que significa dizer que não se vai fazer uma análise sistêmica da competitividade da agricultura.

Os dados utilizados são os do Balanço Geral da União, o que restringe a análise aos dispêndios federais. Os gastos serão analisados segundo os programas e subprogramas, dentro da classificação orçamentária, muito embora a análise dos projetos e atividades permita melhor compreensão da orientação desses gastos — isso não foi possível devido às constantes alterações nas denominações e códigos dos projetos e atividades ocorridas ao longo do período analisado.

O trabalho está dividido em três partes. Na primeira, é feita a justificativa da escolha das políticas a serem analisadas. A segunda analisa a evolução dos gastos, segundo os programas, no período 1980/1995. A terceira procura detalhar os gastos dos principais programas.

2 POLÍTICAS SELECIONADAS

As políticas que serão objeto de análise estão listadas no quadro 1, e correspondem, dentro da classificação orçamentária, a programas executados dentro da função agricultura (04), função desenvolvimento regional (07) e educação (08).

QUADRO 1 Programas e seus Componentes

	Programa	Descrição
04.07	Administração	- Coordenação, produção e divulgação de informação rural.
04.08	Administração Financeira	 - Pagamento da dívida interna da EMBRATER. - Pós-graduação de técnicos da EMBRAPA. - Financiamento a programas de investimento agropecuário.
04.09	Planejamento Governamental	 Supervisão da política de produção e defesa agropecuária. Informação científica e tecnológica.
04.10	Ciência e Tecnologia	- Pesquisa agropecuária.
04.14	Produção Vegetal	 Defesa sanitária vegetal. Mecanização agrícola. Comercialização de sementes e mudas. Inspeção, padronização e classificação de produtos.
04.15	Produção Animal	 Defesa sanitária animal. Desenvolvimento animal. Desenvolvimento da pesca. Inspeção, padronização e classificação de produtos.
04.18	Promoção e Extensão Rural	- Assistência técnica. - Difusão de tecnologia.
04.40	Programas Integrados	 Fiscalização agropecuária. Desenvolvimento integrado de microbacias. Capacitação para o setor primário.
04.54	Recursos Hídricos	- Irrigação.
07.54	Recursos Hídricos	- Irrigação.
07.40	Programas Integrados	- Irrigação.
08.43	Ensino de Segundo Grau	- Capacitação de mão-de-obra para o setor primário.

Como se pode observar, são políticas que têm capacidade de interferir de forma direta na produtividade e competitividade da agricultura brasileira. Por

outro lado, são aquelas em que ainda se tem uma certa margem de manobra devido aos compromissos assumidos na Rodada do Uruguai. Essas políticas fazem parte das medidas de apoio interno que estão isentas de compromissos de redução de gastos, pois parte-se do princípio que não deverão causar distorções no comércio internacional, ou, se vierem a causar, essas distorções serão mínimas. São as chamadas políticas de caixa verde, que constam do Anexo 2 do acordo da rodada do uruguai.

A utilização do mecanismo tarifário como forma de dificultar a concorrência do produto importado no mercado interno foi limitada pelo processo de abertura negociado no General Agreement on Tariffs and Trade (GATT), quando se cometeu o erro de consolidar as nossas tarifas em níveis muito baixos — postura contrária à adotada pelos países desenvolvidos, que assumiram o compromisso de redução paulatina das tarifas nos próximos anos.

Além disso, esses países poderão continuar subsidiando as políticas de apoio interno para as quais existem compromissos de redução, como o deficiency payments, nos Estados Unidos, e os pagamentos de compensação da União Européia, sem que se possa exigir direitos compensatórios, exceto no caso de comprovação de danos [Lopes 1995)]. O mesmo ocorre com os subsídios à exportação, sobre os quais só poderão ser aplicados direitos compensatórios com a comprovação de danos. Isso, na verdade, representa um retrocesso à percepção existente antes do acordo, de que esse tipo de política estimula a produção agrícola, que, por sua vez, deprime os preços dos produtos agrícolas no mercado internacional. Pelo estabelecido no acordo do GATT, a expectativa é de que essas políticas venham a ser eliminadas a médio prazo.

O governo brasileiro vem adotando, há algum tempo, uma postura de não promover esse tipo de política, muito usada nos anos 70 e 80, e que foi se exaurindo devido à incapacidade do Estado em mantê-las. A orientação adotada atualmente, especialmente em relação às políticas que envolvem grandes somas de recursos, como crédito rural e política de garantia de preços, é fazer com que os produtores recorram cada vez mais aos mecanismos de mercado, como bolsas de mercadorias, títulos e recursos externos como os previstos na resolução do BACEN nº 2 148 [IPEA (1997)].

Entretanto, no que se refere a pesquisa, assistência técnica e extensão rural, defesa sanitária e outras que são objeto desse estudo, o governo tem manifestado a intenção de priorizá-las, o que justifica verificar, sob o ponto de vista do gasto, até que ponto isso realmente vem ocorrendo.

3 EVOLUÇÃO DOS GASTOS POR PROGRAMAS NO PERÍODO 1980/1995

Os gastos com os principais programas voltados para a melhoria da produtividade e competitividade apresentam dois períodos, com características distintas em relação ao montante dos dispêndios efetuados. O primeiro corresponde ao período 1980/85, quando as despesas oscilaram entre 400 milhões e 700 milhões de dolares, exceto o ano de 1980. A fase seguinte, que se inicia em 1986, indica um novo patamar de gastos, com recursos superando 1 bilhão de dólares, sendo que os anos de 1990 e 1991 apresentam o pico de dispêndios de todo o período analisado. A partir do ano seguinte, nota-se uma queda desses gastos, os quais, no entanto, se estabilizam em níveis superiores aos verificados no período 1980/85 (ver tabela 1).

Esse tipo de comportamento verificado é função do crescimento dos dispêndios com promoção e extensão rural (04.18), com recursos hídricos (04.54), introduzidos a partir de 1986, e com administração financeira (04.08). Entre os programas analisados, o que movimenta maior soma de recursos é Promoção e Extensão Rural, que, em alguns anos, apresenta gastos que superam a média dos valores observados, como é o caso de 1980, 1986 e 1991. A segunda maior concentração de gastos dá-se em Ciência e Tecnologia, que têm apresen-tado uma média anual de dispêndio, nos anos 90, superior à verificada na década de 80. O terceiro bloco de gastos correspondem a dispêndios com irrIgação, que estão distribuídos entre os programas de Recursos Hídricos (04.54), Programas Integrados (07.40) e Recursos Hídricos (07.54).

Os programas com produção animal (04.15) e produção vegetal (04.14), apresentam, em anos recentes, dispêndios bastante inferiores aos observados anteriormente — o que mostra a pouca importância que tem sido dada pelo governo à política de defesa sanitária animal e vegetal, especialmente a essa última. O programa administração financeira cresce de forma substancial a partir de 1990, com a inclusão dos dispêndios com o financiamento de programas de investimento agropecuário, embora, em anos anteriores, os dispêndios tenham sido extremamente limitados.

TABELA 1
Gastos Voltados para a Melhoria da Produtividade e Competitividade — 1980 a 1995
(Dólar Constante (dólar de 1995)

Código	Descrição	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
04.07	Administração	350,1	65,8	52,3	40,2	•	15,1	4 298,1	7 232,8
04.08	Administração Financeira	439,4	199,4	38,6	18,0	-	463,7	-	•
04.09	Planejamento Governamental	•		1 838,7	1 660,1	1 840,9	4 450,4	4 563,9	7 673,6
04.10	Ciência e Tecnologia	119 894,4	117 166,3	145 005,6	162 851,1	158 357,1	156 200,1	186 574,1	197 636,7
04.14	Produção Vegetal	6 901,1	61 015,1	87 702,4	86 865,6	54 521,6	47 632,9	89 182,2	64 355,3
04.15	Produção Animal	42 800,7	49 881,5	63 107,5	69 014,6	52 880,8	39 511,6	37 178,8	39 932,3
04.18	Promoção e Extensão Rural	741 946,2	120 272,6	226 573,8	222 238,7	154 247,7	127 946,4	640 493,3	323 464,2
04.40	Programas Integrados	•	1 379,3	1 298,4	1 651,7	973,1	3 471,9	4 341,3	638,0
04.54	Recursos Hídricos		-	-	-	-	-	45 584,6	443 972,9
07.14	Produção Vegetal	-	-	-	•		-	-	-
07.15	Produção Animal	-	136,8	124,2	100,3	33,8	17,6	12,8	154,7
07.18	Promoção e Extensão Rural	227,8	1 131,8	346,0	542,8	1 533,5	15,9	12,8	4 052,2
07.40	Programas Integrados	26 931,7	2 973,2	5 327,3	1 345,0	7 180,9	739,4	10 866,6	4 668,4
07.54	Recursos Hídricos	-	80 748,2	140 852,4	120 570,0	64 457,8	27 911,5	70 816,7	•
08.43	Ensino de Segundo Grau	33 018,1	25 128,9	•	34 027,0	28 005,1	36 381,4	53 358,1	47 982,4
	Total	972 509,6	460 098,8	672 267,2	700 925,0	524 032,4	444 757,9	1 147 283,2	1 141 763,5
	Ensino de Segundo Grau	,	25 128,9	-	34 027,0	28 005,1	36 381,4	. 53	3 358,1

(continua)

on		

Código	Descrição	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
04.07	Administração	78 119,3	2 205,1	-	-	-	•	•	<u> </u>
04.08	Administração Financeira	-	•	612 845,8	211 095,3	239 060,5	79 050,7	8 939,4	136 099,7
04.09	Planejamento Governamental	7 883,8	7 265,7	-	-	-		-	•
04.10	Ciência e Tecnologia	212 776,9	467 578,6	387 287,8	279 780,9	225 162,9	272 187,3	323 667,7	423 279,2
04.14	Produção Vegetal	45 941,1	24 585,7	15 816,0	2 856,1	3 059,0	1 334,1	3 492,2	5 469,3
04.15	Produção Animal	58 384,2	132 748,4	9 963,1	16 062,3	17 290,2	27 010,9	29 622,4	39 369,6
04.18	Promoção e Extensão Rural	657 024,6	369 606,9	460 726,1	752 178,3	104 876,9	47 230,3	97 670,6	51 990,6
04.40	Programas Integrados	1 040,0	471,4	2 399,9	670,8	608,7	1 952,5	1 993,1	5 956,0
04.54	Recursos Hídricos	423 048,0	471 125,1	439 753,8	367 685,0	280 243,7	308 987,8	-	-
07.14	Produção Vegetal	-		-		-	-	1 310,8	-
07.15	Produção Animal	-	-	-	•	-		1 398,6	-
07.18	Promoção e Extensão Rural		-	-	-	-	•	-	-
07.40	Programas Integrados	21 287,7	2 580,5	18 332,9	14 919,9	9 283,8	-	-	40 942,5
07.54	Recursos Hídricos		•	-	•	-	•	400 295,8	363 392,7
08.43	Ensino de Segundo Grau	99 047,2	76 913,4	91 921,3	58 015,2	52 862,5	46 922,2	98 656,2	147 619,6
	Total	1 604 552,9	1 555 080,8	2 039 046,8	1 703 263,7	932 448,3	784 675,8	967 046,8	1 214 119,2

Os programas integrados (04.40) e o planejamento governamental (04.09) também enquadram-se na categoria de baixos dispêndios, e representam ações importantes do governo na área de defesa agropecuária e informação científica e tecnológica. Foram incluídas ainda ações ligadas à área objeto do estudo e que fazem parte da função desenvolvimento regional, como é o caso de produção animal (07.15) e promoção e extensão rural (07.18), embora o montante de recursos aplicados seja muito pouco expressivo. Por último, considerou-se o programa de ensino de segundo grau (08.43), em que estão computados os dispêndios com capacitação de pessoal para o setor primário.

Nos períodos de adoção de políticas de estabilização da economia, como foi praticamente toda a década de 80 e início dos anos 90, a tendência é que ocorram cortes nos gastos da agricultura. Os maiores candidatos a corte são os gastos com as políticas cujos resultados só se fazem sentir no médio e longo prazos, e que correspondem às que estão sendo objeto análise.

A tendência do governo é investir em políticas de curto prazo que dão resultados imediatos, por estimularem a produção evitando choques de oferta de produtos agrícolas, com reflexos nos índices de preço da economia. Isso mostra porque a conta Abastecimento no Balanço Geral da União, durante toda a década de 80, era a que concentrava a maior soma de recursos dentro da função Agricultura, chegando a representar, em 1987, 75,4% dos dispêndios totais. Nessa conta estão incluídas as políticas de estabilização de preços e renda do setor agrícola e de produtos que o governo, por meio de fixação de preços mínimos compensadores, procurava estimular a produção [Villa Verde e Gasques (1990)]. Com essas medidas, buscava-se, além da estabilização de preços, a geração de maior volume de divisas, que eram favorecidos pelas desvalorizações cambiais e por medidas restritivas ao consumo interno, como a contenção dos salários e políticas monetária e fiscal restritivas. Isto fazia com que o ajuste da oferta agrícola se desse via exportação.

Conforme se viu na tabela 1, a pressão sobre os gastos ocorreu de forma mais intensa na primeira metade dos anos 80, sendo que nem mesmo a prioridade dada à agricultura em 1981, e, posteriormente, em 1983 e 1984, devido ao aumento dos preços agrícolas, foi capaz de ampliar os recursos para as políticas ligadas à melhoria da produtividade e competitividade. Embora esse quadro tenha-se modificado a partir de 1986, retrata uma situação que está muito aquém das demandas exigidas pelos programas analisados. Por exemplo, o Programa Ciência e Tecnologia, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), necessitaria de recursos anuais da ordem de 500 milhões de dólares para que a empresa pudesse operar de forma eficiente. O que se observa, no entanto, é que, na maioria das vezes, os recursos se situam entre 100 milhões e 200 milhões de dólares. Somente em 1989 e 1995 os dispêndios aproximam-se da soma de recursos pleiteados.

O Programa Assistência Técnica e Extensão Rural vem caindo sistematicamente após a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), em 1990, e os gastos, em boa parte do período analisado, estão inflados com os dispêndios do governo em assistência financeira e ordenamentos econômico e financeiro, como veremos no próximo capítulo.

Os Programas Produção Animal e Produção Vegetal sofreram expressivos cortes a partir de 1989/90 — o que limitou, em muito, a capacidade da Secretaria de Defesa Agropecuária de desenvolver as atividades na área de sanidade vegetal e animal. Isso levou o Ministério da Agricultura a elaborar plano diretor de reforma da política sanitária brasileira. O plano busca adequar a política sanitária aos novos papéis decorrentes dos acordos sanitários e fitossanitários firmados com órgãos internacionais. Para a implantação do plano, será necessário ampliar as ações até então desenvolvidas, melhorar a infra-estrutura laboratorial de apoio e contar com um quadro técnico altamente capacitado, o que demandará recursos em níveis bastante superiores aos historicamente observados.

Os programas Recursos Hídricos e Programas Integrados apresentam os gastos efetuados com irrigação pública, por meio do Programa Nacional de Irrigação (PRONI) e do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE). Observa-se um crescimento das aplicações a partir de 1986/1990, quando se estabeleceu a meta de irrigar 1 milhão de hectares, por meio do PRONI. Nesse período, os gastos anuais superaram a cifra de 400 milhões de dólares, exceto em 1986, quando as aplicações foram de 127 milhões. A partir de 1990, passa a vigorar no governo a idéia de que a irrigação pública no Nordeste é extremamente cara e apresenta poucos resultados. Mesmo assim, os recursos aplicados continuaram em patamares elevados, na faixa de 300 milhões a 400 milhões de dólares/ano, até 1995. Isso ocorreu, em grande medida, pela necessidade de cumprir os contratos de financiamento firmados com o Banco Mundial, em anos anteriores, para diversos projetos de irrigação no Nordeste. Este é, talvez, o único programa em que o governo, por pressão política, teve que continuar aplicando grande soma de recursos, embora, nos dias de hoje, fique difícil manter essa mesma postura, dado que, com raras exceções, se tornou evidente o fracasso dos projetos de irrigação pública nos moldes até então adotados.

Para os demais programas, não fica clara a existência de grupos de pressão capazes de influênciar a alocação de recursos em níveis considerados satisfatórios. Tomemos, por exemplo, o caso de Pesquisa — embora os investimentos apresentem como norma taxas de retorno de 20% a 30% [Paula Pessoa e Bonelli (1996)], não contam com um grupo capaz de impor seu ponto de vista a favor de maiores gastos com pesquisa agropecuária. Além disso, o consumidor não tem idéia dos benefícios trazidos pela pesquisa, como instrumento de redução de custos e preços, especialmente para produtos de baixa elasticidade-renda, em que é mais difícil para o produtor se apropriar dos ganhos de produtividade [Schuh (1996)].

A extensão rural padece dos mesmos problemas apontados para a pesquisa, além de ter se tornado uma atividade cuja atribuição é, praticamente, uma exclusividade dos estados. A sanidade animal e a vegetal, que sempre foram órfãs de defensores, deverão contar, a partir de agora, com forte apoio dos segmentos ligados ao setor exportador, devido à necessidade crescente de comprovarem que seus produtos estão de acordo com normas sanitárias impostas pelos países importadores. Exemplo disso são as manifestações feitas nos grupos que compõem o Fórum Nacional de Agricultura, por uma melhoria substancial nesse tipo de serviço.

4 DETALHAMENTO DOS GASTOS SEGUNDO OS PRINCIPAIS PROGRAMAS

Neste capítulo pretende-se analisar o desdobramento das ações desenvolvidas no âmbito dos principais programas, para que se possam conhecer as ações que os compõem, bem como verificar como estão sendo priorizadas sob a ótica do dispêndio. A análise será feita por subprograma, de acordo com a classificação adotada no Balanco Geral da União.

4.1 Programa Ciência e Os subprogramas Administração Geral e Pesquisa Tecnologia Tecnológica representam a quase totalidade dos gastos executados com o Programa Ciência e Tecnologia. Deles fazem parte as atividades e os projetos desenvolvidos pela EMBRAPA, com os seus centros nacionais de pesquisa, centros ecorregionais e centros nacionais de produto (ver tabela 2).

O subprograma Administração Geral cobre as despesas com pagamento de pessoal e outras despesas correntes da EMBRAPA, como é o caso da coordenação do sistema cooperativo agropecuário e de atividades a cargo das entidades supervisionadas.

No subprograma Pesquisa Tecnológica concentram-se os gastos com infraestrutura de pesquisa e geração e adaptação de tecnologias.

Os programas Desenvolvimento Experimental e Informação Científica e Tecnológica apresentam, para alguns anos, gastos em projetos e atividades desenvolvidas pelo governo com programas ligados a borracha natural.

No subprograma Levantamento do Meio Ambiente estão relacionadas as atividades ligadas a operação, modernização e ampliação do sistema meteorológico nacional.

TABELA 2 Gastos com Programa Ciência e Tecnologia no Período 1980/1995

	M-1-11-11-11-11-11-11-11-11-11-11-11-11-	**********						(Em US\$ r	nil de 1995)	
Código	Descrição	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	
04.10	Ciência e Tecnologia	119 894,40	117 166,30	145 005,60	162 851,10	158 357,10	156 200,10	186 574,10	197 636,70	
04.10.021	Administração Geral	34 710,40	19 165,90	38 444,70	35 127,30	22 605,00	34 269,70	27 830,50	40 812,10	
04.10.054	Pesquisa Científica	-	115,7	-	237,9	8,3	3,2	-	-	
04.10.055	Pesquisa Tecnológica	83 755,70	97 180,20	105 292,80	121 925,00	129 518,40	114 056,40	147 519,90	151 831,70	
04.10.056	Desenvolvimento Experimental	•	-	•	3 970,90	2 913,80	1 390,80	2 040,30	-	
04.10.057	Informação Científica e Tecnológica	-	-	-	-	-	•	-	157	
04.10.059	Levantamento do Meio Ambiente	1 428,30	704,4	290,2	591,8	631,8	597,4	1 546,20	2 929,90	
04.10.078	Mecanização Agrícola	-	-	977,8	998,2	2 679,80	2 546,90	2 679,00	185,6	
04.10.217	Treinamento de Recursos Humanos	-	-	•	-	-	-		1 720,40	
04.10.266	Geração de Energia Não- Convencional	-	. •	-	-	-	3 335,70	4 958,10	-	

(continua)

,		~ 1
CO	ntinu	ıacão

Código	Descrição	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
04.10	Ciência e Tecnologia	212 776,90	467 578,60	387 287,80	279 780,90	225 162,90	272 187,30	323 667,70	423 279,20
04.10.021	Administração Geral	51 067,20	405 138,30	298 363,30	244 935,60	201 108,50	227 717,70	² 42 418,10	291 396,90
04.10.054	Pesquisa Científica	-	-	•	-	-	-	-	-
04.10.055	Pesquisa Tecnológica	155 046,90	59 055,50	72 821,30	30 268,00	20 860,30	41 003,70	73 630,50	123 710,00
04.10.056	Desenvolvimento Experimental	-	-	-	-	-	-	-	-
04.10.057	Informação Científica e Tecnológica	184,9	470	-	-	-	-	-	-
04.10.059	Levantamento do Meio Ambiente	4 917,20	1 320,80	697,1	266,9	1 801,90	731,6	2 348,70	1 705,70
04.10.078	Mecanização Agrícola	91,6	56,3	59,6	-	-	-	-	-
04.10.217	Treinamento de Recursos Humanos	1 469,10	1 537,70	15 346,50	4 310,40	1 392,20	2 734,30	5 270,40	6 466,70
04.10.266	Geração de Energia Não- Convencional	-	-	•	•	-	-	-	-

Fonte: Ministério da Fazenda — Balanço Geral da União.

O subprograma Mecanização Agrícola apresenta os gastos voltados para a melhoria das técnicas de engenharia agrícola, visando ao desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao meio rural, especialmente para o pequeno e miniprodutor rural. O treinamento de recursos humanos tem a finalidade de qualificar o quadro da EMBRAPA, tanto o técnico quanto o administrativo, especialmente com cursos de pós-graduação, tendo em vista melhorar o desempenho daquela instituição como provadora de conhecimento que visa a melhor desempenho da agricultura brasileira.

De um modo geral, e como já foi mencionado, a maior concentração de recursos ocorre nos subprogramas Administração Geral e Pesquisa Tecnológica, que, de certa forma, acompanharam as modificações ocorridas nos dispêndios do Programa Ciência e Tecnologia, pois representam cerca de 90% deste.

O subprograma Administração Geral apresenta gastos cuja média ficou em torno de US\$ 34 milhões no período 1980/88. No ano seguinte, ou seja, em 1989, ocorreu um aumento substancial nos dispêndios, que superou a casa dos US\$ 400 milhões de dólares, e, nos anos que se seguem, as aplicações caíram para níveis próximos a US\$ 200 milhões e US\$ 300 milhões.

Fato inverso ocorre com o subprograma Pesquisa Tecnológica, cujos gastos variam entre 84 milhões e 155 milhões de dólares, entre 1980 e 1988, para em seguida cair para níveis que variam entre 41 milhões e 74 milhões de dólares, exceto em 1995, quando alcançou 124 milhões de dólares. Na verdade, não houve queda dos gastos nesse período, como pode-se imaginar pela leitura desses dados. O que na realidade ocorreu é que boa parte dos dispêndios com o subprograma Pesquisa Tecnológica passou a integrar, a partir de 1989, as atividades a cargo da EMBRAPA, das entidades supervisionadas e da coordenação do sistema cooperativo de pesquisa agropecuária, que fazem parte do subprograma Administração Geral.

Desse modo, a melhor maneira de avaliar a evolução dos dispêndios nesses dois subprogramas é verificar como se comportaram os gastos com o programa Ciência e Tecnologia ao longo dos dezesseis anos analisados, os quais mostram uma tendência de crescimento constante até 1989, quando os recursos decrescem e se recuperam, em 1994 e 1995.

Do ponto de vista da prioridade, pode-se dizer que houve a preocupação, deliberada ou não, de melhorar a posição da pesquisa, especialmente a partir dos anos 90, quando o processo de abertura se dá de forma intensa, muito embora, como foi dito, a demanda de recursos por pesquisa se situe em torno de 500 milhões de dólares/ano. Como a maior parte desses recursos destina-se a pesquisa aplicada, é preciso priorizar a pesquisa feita por entidades públicas pelas razões a seguir apontadas. Os resultados da pesquisa agrícola são um bem público no sentido de que beneficiam a sociedade, mas não trazem ganhos financeiros para as

instituições que a geraram [Antle (1996)]. Como as empresas vêem a pesquisa da mesma forma que um investimento, ou seja, com a necessidade de gerar retornos, a tendência é de falta de recursos para pesquisa, nos casos em que não ocorre a chamada apropriabilidade dos ganhos decorrentes da descoberta de novas tecnologias ou processos. Exemplo disso são os conhecimentos gerados na pesquisa pura e aplicada, o que leva o governo a cobrir essa deficiência com a aplicação de recursos nessas áreas. A pesquisa do setor privado ocorrerá sempre que existirem retornos considerados satisfatórios e que sejam apropriáveis. Esses retornos estão relacionados ao tamanho dos mercados (interno e externo) e ao nível de desenvolvimento do país ou região [Paula Pessoa e Bonelli (1996)]. Tendo em vista as questões anteriormente apontadas, o que se observa é a participação do setor privado em pesquisas voltadas para o aprimoramento de tecnologias mecânica e química, em que existe maior possibilidade de patenteamento, o que torna os retornos apropriáveis pelas empresas que se dedicam a esse tipo de atividade.

No caso brasileiro, no entanto, nota-se participação do setor público no aprimoramento de tecnologias mecânicas, voltadas para o atendimento do pequeno produtor, embora esse tipo de atividade não esteja sendo praticado desde 1991 — como se observa pelos dispêndios do subprograma Mecanização Agrícola. O treinamento de recursos humanos, que é fundamental para a melhoria da produtividade da EMBRAPA, foi retomado a partir de 1987, com a aplicação de volumes de recursos expressivos, como no ano de 1990.

O Programa Produção Animal, como pode ser vis-4.2 Produção Animal to na tabela 3, apresenta um comportamento de gastos decrescentes nos anos 90, o que contrasta com o de Ciência e Tecnologia, cujo comportamento se dá de forma inversa. Da mesma forma, caminha em sentido contrário ao observado nos gastos totais da tabela 1.

Isso pode ser explicado pelos empréstimos obtidos pelo governo brasileiro junto ao Banco Mundial (BIRD), para financiar esse tipo de atividade, nos anos 80. As principais atividades desenvolvidas nesse programa são de responsabilidade da Secretaria de Defesa Agropecuária e estão detalhadas nos subprogramas de Defesa Sanitária Animal e Inspeção, Padronização e Classificação de Produtos. Na parte referente à defesa sanitária animal, pode-se afirmar que os dispêndios foram baixos até o ano de 1990, exceto, talvez, no ano de 1988, quando os gastos atingiram a casa dos 23 milhões de dólares.

TABELA 3 Gastos com o Programa Produção Animal no Período 1980/1995

			·					(Em US\$ m	nil de 1995)	
Código	Descrição	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	
04.15	Produção Animal	42 800,70	49 881,50	63 107,50	69 014,60	52 880,80	39 511,60	37 178,80	39 932,30	
04.15.021	Administração Geral	-	-	-	-	•	. .		21 118,50	
04.15.055	Pesquisa Aplicada	-	-	20 351,20	35 979,40	33 736,90	17 613,60	9 662,90	561	
04.15.087	Defesa sanitária Animal	15 553,50	8 674,70	8 938,70	10 318,60	4 988,30	3 323,60	6 102,50	10 561,20	
04.15.088	Desenvolvimento Animal	1 624,00	1 110,50	205,5	144,3	45,9	35,8	238,5	1 968,70	
04.15.089	Desenvolvimento da Pesca	17 179,40	22 219,10	13 704,00	13 132,80	12 269,00	17 723,40	20 102,70	4 857,40	
04.15.097	Insp. Padron. e Classif. de Prod.	8 443,80	17 877,20	19 908,10	9 439,50	1 840,80	815,3	1 072,10	865,5	

(continua

4		-
- (continua	cão

					· 7				
Código	Descrição	1988	1989	1990	19 91	1992	1993	1994	1995
04.15	Produção Animal	58 384,20	132 748,40	9 963,10	16 062,30	17 290,20	27 010,90	29 622,40	39 369,60
04.15.021	Administração Geral	24 236,90	122 170,30	-	-	-	-	-	-
04.15.055	Pesquisa Aplicada	305,4	111,4	-	-	-	-	-	-
04.15.087	Defesa Sanitária Animal	23 221,00	8 967,70	7 583,80	13 712,50	14 048,70	23 015,10	27 746,20	32 834,10
04.15.088	Desenvolvimento Animal	2 906,70	710,7	669,6	319	439,5	621,4	128,5	4 250,70
04.15.089	Desenvolvimento da Pesca	6 434,80	334,7	1 539,10	1 711,00	2 461,30	2 962,60	1 174,00	831,6
04.15.097	Insp. Padron. e Classif. de Prod.	1 279,50	453,8	170,6	319,7	340,7	411,9	573,9	1 453,20

Fonte: Ministério da Fazenda — Balanço Geral da União.

Verifica-se, ainda, que as atividades desenvolvidas no triênio 1984/86 foram drasticamente reduzidas, já que os dispêndios oscilaram entre 3 milhões e 6 milhões de dólares. Nota-se, no entanto, uma tendência de crescimento constante a partir de 1991, quando os recursos passaram de 13,7 milhões de dólares para 32,8 milhões, em 1995. O subprograma Inspeção, Padronização e Classificação de Produtos parece sofrer de uma crônica deficiência de recursos, a julgar pelas bruscas oscilações que ocorrem durante todo o período analisado. Salvo o período 1980/83, quando as despesas se situaram entre 8,5 milhões e 20 milhões de dólares, nos anos seguintes caem, na maioria dos casos, para níveis inferiores a 1 milhão de dólares, sendo que o caso extremo é o ano de 1990, com 171 mil dólares.

O subprograma Pesquisa Aplicada estaria melhor localizado no Programa Ciência e Tecnologia, dentro de categoria pesquisa tecnológica, metodologia adotada no Balanço Geral da União em alguns anos. Da forma como os dados estão apresentados, não é possível saber efetivamente o que ocorreu com esse subprograma em termos de gastos ao longo do período analisado.

O subprograma Desenvolvimento Animal apresenta os mesmos problemas anteriormente apontados, já que são ações do Ministério da Agricultura, que deveriam ser computadas no balanço, juntamente com as atividades desenvolvidas pela EMBRAPA nos seus centros nacionais de gado de corte e de leite. Daí porque esses dados subestimam as ações do governo nessa área.

Do que foi visto, cabe ressaltar a necessidade de priorizar a política de defesa sanitária animal, seja porque os recursos aplicados são pouco expressivos diante das necessidades existentes, seja porque precisamos nos capacitar para atender aos acordos acertados no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e da Organização Mundial do Comércio. A tendência é que os outros países recorram, de forma sistemática, ao mecanismo das barreiras sanitárias à medida que as barreiras tarifárias forem sendo reduzidas.

4.3 Produção Vegetal Os gastos com o Programa Produção Vegetal apresentam queda acentuada a partir dos anos 90, o que é explicado pela queda nos dispêndios em irrigação e pela ausência de gastos em reflorestamento (ver tabela 4).

TABELA 4 Gastos com o Programa Vegetal no Período 1980/1995

								(Em US\$ m	iil de 1995)
Código	Descrição	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
04.14	Produção Vegetal	6 901,10	61 015,10	87 702,40	86 865,60	54 521,60	47 632,90	89 182,20	64 355,30
04.14.020	Supervisão e Coordenação Superior	-	-	-	-	-	-		
04.14.033	Divida Interna	•	-	-	-	325,5	3 121,60	•	•
04.14.045	Estudos/Pesquisas Econ.Sociais	-	174,8	150,2	106,5	58,6	24,1	30	121,7
04.14.054	Pesquisa Científica	-	253,4	245,4	599,4	319,9	168,3	189,3	105,6
04.14.075	Defesa Sanitária Vegetal	1 996,30	4 589,90	5 927,20	11 564,90	8 649,70	8 847,30	11 169,40	11 492,10
04.14.077	Irrigação	-	9647,3	14 813,10	20 043,90	13 762,50	19 466,20	37 970,70	27 732,60
04.14.078	Mecanização Agrícola	754	1 016,90	-	-	-	-	-	-
04.14.080	Sementes e Mudas	985,7	4 349,70	4 628,30	5 914,10	3 786,20	2 085,80	4 246,10	12 682,20
04.14.096	Sist. de Distrib. de Prod. Agrícolas	-		•	-		-	-	92,8
04.14.097	Insp. Padron. e Classif. de Prod.	2 957,90	3 180,50	11 304,00	3 249,90	1 993,50	2 173,30	669,7	497,9
04.14.104	Reflorestamento	-	37 695,20	50 378,30	45 055,60	25 363,60	11 610,50	34 822,50	-
04.14.105	Conservação do Solo	207,2	•	•	•	-	-		•
04.14.112	Promoção Agrária	•	107,4	-	-	-	٠	•	11 630,40
04.14.217	Treinamento de Recursos Humanos	-	-		331,2	262,1	135,8	84,4	•
04.14.411	Cooperação Internacional	-	•	255,9	-	-	-	•	•

(continua)

1	continua	cão	í

Código	Descrição	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
04.14	Produção Vegetal	45 941,10	24 585,70	15 816,00	2 856,10	3 059,00	1 334,10	3 492,20	5 469,30
04.14.020	Supervisão e Coordenação Superior	-	-	•	-	-	-	-	=
04.14.033	Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	•
04.14.045	Estudos/Pesquisas Econ.Socias	<i>7</i> 9	-	-	-	•	-	-	•
04.14.054	Pesquisa Científica	78,7	•	-	-	-	-	-	-
04.14.075	Defesa Sanitária Vegetal	6 316,40	3 544,70	1 578,80	1 166,90	998	973,9	3 353,10	3 338,20
04.14.077	Irrigação	19 457,50	4 614,00	6 179,00	412,4	252,2	•	-	306,5
04.14.078	Mecanização Agrícola	-	-	-	-	-	-	-	-
04.14.080	Sementes e Mudas	7 478,30	3 944,90	398,2	420,7	578,8	202,9	139,1	1 309,10
04.14.096	Sist. de Distrib. de Prod. Agrícolas	23,3	5,5	-	-	-	-	-	-
04.14.097	Insp. Padron. e Classif. de prod.	719,7	278,2	-	-	•	-	•	-
04.14.104	Reflorestamento	-	•	-	•	-	-	-	-
04.14.105	Conservação do Solo	÷ *	-	-	-	-	-	-	•
04.14.112	Promoção Agrária	11 788,10	12 198,40	7 660,00	856	1 229,90	157,3	-	515,5
04.14.217	Treinamento de Recursos Humanos	•	•	-		-	-	•	-
04.14.411	Cooperação Internacional	•	-	•	-	-	-	-	-

Fonte: Ministério da Fazenda — Balanço Geral da União.

Esses subprogramas foram responsáveis pela maior parte dos gastos verificados nos anos 80, sendo que, do ponto de vista de desempenho, apresentam resultados distintos. A irrigação, feita por meio do Programa Nacional para o Aproveitamento Nacional de Várzeas Irrigáveis (PROVARZEAS). possibilitou que número considerável de produtores melhorasse sua produtividade e nível de renda, com a implantação de projetos de irrigação e drenagem em suas propriedades, a custo bem menor que os praticados no PROINE [Assirati (1988)]. No reflorestamento estão consolidados os projetos e atividades desenvolvidas com o incentivo do governo, com o objetivo de aumentar a produção de borracha natural. A partir de 1987, esses gastos passaram a ser contabilizados no subprograma Promoção Agrária. Na prática, os resultados obtidos com esses recursos ficaram muito aquém do esperado, sendo que, nos dias de hoje, a produção de borracha natural não é suficiente para atender à demanda interna e ainda encontra dificuldade para concorrer com a proveniente do Sudoeste asiático.

O subprograma Sementes e Mudas mostra grande oscilação no valor dos recursos aplicados durante todo o período analisado, o que demonstra ser uma atividade cuja intensidade varia de acordo com a disponibilidade dos recursos alocados.

A defesa sanitária vegetal, e a inspeção, padronização e classificação de produtos, também passa pelo mesmo processo anteriormente apontado. Isso, na verdade, é um indicador de que o governo ainda não estabeleceu uma política para esse setor, como vem sendo reclamada pelos segmentos que demandam esse tipo de serviço.

Os dispêndios com esse programa foram analisados 4.4 Recursos Hídricos no capítulo anterior e estão relacionados nas tabelas 5, 6 e 7, e, como pode-se observar, destinaram-se a irrigação. A maior parcela desses recursos foi destinada à implantação de projetos de irrigação pública no Semi-Árido nordestino e caracteriza-se por uma baixa taxa de implantação dos projetos, quando comparada com as metas estabelecidas pelo governo. Para o período 1986/90, o PROINE havia estabelecido como objetivo irrigar 412 mil hectares, sendo que menos de 10% foram atendidos. Esse desempenho era ditado pela falta de recursos do governo federal para atender a um programa dessas dimensões. Esses projetos apresentavam custos que variavam de 8 mil a 12 mil dólares por hectare, mas é bastante provável que esses valores tenham sofrido acréscimos de 50% a 100%, pelo alongamento dos cronogramas de execução dos projetos [Assirati (1988)]. Alguns projetos, como o California, no estado de Sergipe, chegaram a exigir investimentos que, na média, se situaram em torno de 14,5 mil dólares.

(Em US\$ mil de 1995)

(Em US\$ mil de 1995)

TABELA 5 Gastos com Programa Recursos Hídricos no Período 1980/1995

Código	Descrição	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
04.54	Recursos Hídricos	-	-	•	-	-	-	45 584,60	443 972,90	423 048,00	471 125,10	439 753,80	367 685,00	280 243,70	308 987,80	_	
04.54.077	Irrigação	-		-		-	-	45 584,60	443 972,90	423 048,00	423 515,60	439 402,80	367 499,10	280 166,90	308 910,00	-	•
04.54.217	Treinamento de Recursos Humanos	•	-	-	-	-	-		-	-	-	351	185,8	76,8	77,8		
04.54.297	Regularização de Cursos de Água	-	-			-	-		-	-	47 609.60	-	-	-	_		_

Fonte: Ministério da Fazenda - Balanço Geral da União.

TABELA 6 Gastos com o Programa Recursos Hídricos no Período 1980/1995

Código	Descrição	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
07.54	Recursos Hídricos		80 748,20	140 852,40	120 570,00	64 457,80	27 911,50	70 816,70	-		-			-	-	400 295,80	363 392,70
07.54.077	Irrigação (vários projetos no Nordeste)	-	80 748,20	140 852,40	120 570,00	64 457,80	27 911,50	70 816,70	-		-		-		-	400 164,50	321 229,40
7.54.217	Treinamento de Recursos Humanos	-	•	•	-	-	-	-			-	-	-	-		131,4	-
7.54.297	Regularização de Cursos de Água	-	-		-		-	•		-	-			-		-	28 093,70
07.54.457	Defesas contra as Secas		-		-		-			_			_	_		_	14 069,50

TABELA 7 Gastos com Programas Integrados no Período 1980/1995

~	T 1		-1		4005	
Ŀm	U	22	mil	de	1995)	

Código	Descrição	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
07.40	Programas Integrados	26 931,70	2 973,20	5 327,30	1 345,00	7 180,90	739,4	10 866,60	4 668,40	21 287,70	2 580,50	18 332,90	14 919,90	9 283,80	-	-	40 942,50
07.40.031	Assistência Financeira	-		-	•	-	-	-	-	-	-	-	1 032,40	•	-	-	•
07.40.033	Dívida Interna	-	-	-	-	•	•	-	-	-	-	18 332,90	9 110,00	8 030,50		-	
07.40.077	Irrigação	26 931,70	2 973,20	5 327,30	1 345,00	7 180,90	739,4	10 866,60	4 668,40	21 287,70	2 580,50	-	-	-		-	•
07.40.183	Programação Especial	-	-	-	-	-	•	-	-	•	-	-	4 777,50	1 253,30	-	-	40 942,50

Fonte: Ministério da Fazenda — Balanço Geral da União.

Havia tendência a superestimar os resultados econômicos desses projetos, como forma de justificar sua implantação e candidatá-los a tomar empréstimo junto ao BIRD. Na prática, o baixo nível técnico do agricultor o levara a produzir culturas tradicionais como milho, arroz, feijão, o que era o oposto do que preconizava o Plano Plurianual de Irrigação, de 1971, e o PROINE, em 1985, em que se afirmava que os investimentos somente teriam condições de se viabilizarem com a produção de frutas e hortaliças para consumidores de alta renda. Como agravante, a demora na implantação desses projetos provocou um processo de deterioração de equipamentos e obras, antes de terem atingido o estágio de plena operação [Paiva (1987)].

Posteriormente, verificou-se que muitos desses projetos, da forma como foram concebidos, apresentavam taxas internas de retorno negativas e, em alguns casos, só conseguiram se viabilizar porque a análise econômica levou em conta apenas o investimento adicional para sua conclusão.

Segundo Cline (1972), o fato de ter-se dado ao planificador público a absoluta liberdade de conceber projetos de irrigação sem quaisquer restrições fez com que o Brasil praticasse os mais altos níveis de investimento por hectare, em escala mundial, ou ainda que se adotassem esquemas altamente consumidores de energia.

Cabe lembrar que, nessa época, o setor privado, por intermédio de linhas de crédito do PROVARZEA, Programa de Financiamento da Irrigação (PROFIR) e PROINE, implantou projetos de irrigação a um custo bem menor que os do setor público. Com base em estimativas dos créditos concedidos a particulares, por intermédio do PROINE; dentro e fora de várzeas, chega-se a um custo médio de 2 mil dólares por hectare. na região Nordeste [Assirati (1988)].

4.5 Promoção e Extensão A promoção rural apresenta como característica a Rural concentração de dispêndios em Assistência Financeira e Ordenamento Econômico Financeiro (ver tabela 8). Esses subprogramas tratam, basicamente, de recursos concedidos pelo governo para cobrir déficits do seguro rural (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária — PROAGRO) e equalizar taxas de juros, o que a rigor não constitui promoção e extensão rural.

Os subprogramas que melhor se enquadram nessa categoria são Extensão Rural e Informação Científica e Tecnológica, os quais, no computo geral de gastos, apresentam um nível de dispêndio pouco expressivo. Para se ter uma idéia dos dispêndios em promoção e extensão rural, é preciso somar os recursos desses dois subprogramas. Procedendo-se dessa forma, verifica-se que os gastos se situaram entre 40 milhões e 80 milhões de dólares durante toda a década de 80 e passam a cair nos anos 90 para valores médios em torno de 25 milhões de dólares, com quedas acentuadas no período 1992/94, quando a média foi US\$13 milhões.

TABELA 8 Gastos com o Programa Promoção e Extensão Rural no Período 1980/1995

(Em US\$ mil de 1995)

Código	Descrição	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
04.18	Promoção e Extensão Rural	741 946,20	120 272,60	226 573,80	222 238,80	154 247,70	127 946,40	640 493,30	323 464,20
04.18.021	Administração Geral	17 872,40	9 917,40	11 633,90	10 647,90	16 232,90	9 085,90	10 781,10	12 823,70
04.18.031	Assistência financeira	621 569,70	42 925,80	92 334,30	131 090,40	46 972,80	28 913,80	554 950,80	-
04.18.042	Ordenamento Econ. Financeiro	-	•	-	•	•	-	-	198 069,20
04.18.054	Pesquisa Fundamental	-	•	-	-	-	-	-	23,2
04.18.057	Informação Científica e Tecnológica	-	•	54 159,70	60 599,40	77 890,40	51 200,30	68 506,90	•
04.18.066	Reforma Agrária	-	•	-	-	-	-	-	-
04.18.077	Irrigação	-	-	-	-	-	1 611,50	•	-
04.18.078	Mecanização Agrícola	•	-	-	-	-	-	-	-
04.18.110	Cooperativismo	1 254,20	10 278,40	29 032,00	16 947,80	10 657,80	33 457,40	149,3	10 817,60
04.18.111	Extensão Rural	44 196,60	46 269,30	1 844,70	1 757,20	1 126,70	-	1 202,10	84 098,60
04.18.217	Treinamento de Recursos Humanos	-	•	-	-	-	-	-	-
04.18.269	Eletrificação Rural	57 053,30	10 881,60	37 569,10	1 196,10	1 366,90	3 677,60	4 903,10	17 631,90

(continua)

,		~ \
lcon	tınu	acão)

Código	Descrição	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
04.18	Promoção e Extensão Rural	657 024,60	369 606,90	460 726,10	752 178,30	104 876,90	47 230,30	97 670,60	51 990,60
04.18.021	Administração Geral	17 603,10	29 430,20	24 106,40	12 413,10	•	-	-	-
04.18.031	Assistência Financeira	•	-	-	•	•	-	•	-
04.18.042	Ordenamento Econ. Financeiro	426 986,50	231 323,30	342 858,40	679 996,50	79 939,30	25 439,40	57 807,30	
04.18.054	Pesquisa fundamental	96 021,40	30,6	-	-	•	-	-	-
04.18.057	Informação Cientifica e Tecnológica	-	-	-	-	-	-	-	-
04.18.066	Reforma Agrária	11 896,20	5 814,40	4 093,80	-	-	-	-	-
04.18.077	Irrigação	•	•	33,80	-	-	-	-	-
04.18.078	Mecanização Agrícola	482,3	•	-	-	-	•	-	-
04.18.110	Cooperativismo	14 183,80	16 295,30	43 976,00	13 337,10	13 228,80	5 603,20	26 552,80	24 074,10
04.18.111	Extensão Rural	65 934,30	60 724,33	43 568,50	46 431,50	11 708,90	15 563,00	12 840,00	23 248,80
04.18.217	Treinamento de Recursos Humanos	-	8 446,20	2 089,20	-	-	624,7	470,5	4 667,70
04.18.269	Eletrificação Rural	23 916,90	17 542,60	-	-	-	-	-	<u>-</u>

Fonte: Ministério da Fazenda — Balanço Geral da União.

A intenção do governo de sair desse tipo de atividade ficou clara quando da extinção da EMBRATER, executada no suposto de que caberia às Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) dos estados financiar e executar esse tipo de atividade. Isso levou a uma queda na prestação desses serviços na maioria dos estados, notadamente naqueles que dependiam de recursos federais. Esse é o caso daqueles em que a agricultura é menos desenvolvida e os agricultures necessitam ter acesso a novas tecnologias para melhorar a produtividade e tornarem-se aptos a participar de um mercado cada vez mais competitivo. Segundo Johnson (1996), a ênfase recente de incrementar o papel do mercado tem levado alguns países a colocar a extensão rural como uma atividade a ser financiada pelos próprios agricultores. Na sua opinião, isso representa uma falsa compreensão da divisão entre mercado e governo. Sendo um bem público, o conhecimento tecnológico não poderia ser provido pelo mercado a menos que houvesse um meio de limitar o acesso à informação. E se o acesso é limitado, então parte do valor social da informação é perdido.

5 CONCLUSÃO

Vistos numa perspectiva de longo prazo, os gastos evidenciam a falta de uma política para os programas analisados. Isso é explicado pelas enormes oscilações verificadas, o que explicita a incapacidade do Estado em programar essas atividades no médio e longo prazos. Essa ciclotimia dos gastos é um traço comum a todos os programas, mas fica extremamente evidente em Sanidade Animal e Vegetal, em que as atividades desenvolvidas, em alguns anos, são drasticamente reduzidas. Fica evidente, também, que programas com resultados altamente duvidosos, como foi o caso da Irrigação Pública, puderam contar com somas expressivas de recursos, devido à pressão de grupos de interesse.

Olhando essas questões no horizonte dos próximos anos, fica clara a necessidade de se reformular esse tipo de procedimento, uma vez que, em uma economia globalizada e altamente competitiva, caberá ao governo se equipar para obter os resultados esperados com esses programas. Isso significa disponibilizar, a tempo, recursos suficientes para atingir objetivos previamente estabelecidos. Mesmo nas atividades que podem ser compartilhadas com a iniciativa privada, é necessário que se definam, de modo claro, as atribuições que serão executadas e financiadas com recursos públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTLE, John. *Drawing the line*: the role of government in agricultural research. Montana State University, 1996. mimeo
- ASSIRATI, Emílio Borsari. *Uma avaliação das políticas recentes de desenvolvimento regional*: o caso da irrigação no Nordeste.— Brasília: IPEA, Jun. 1988. (Relatório Interno)
- CLINE, William R.. Análise do custo-benefício de irrigação no Nordeste. Pesquisa e Planejamento Econômico, v.2, n.2, dez. 1972.
- IPEA. O Brasil na virada do milênio. Brasília: IPEA, 1997.
- JOHNSON, D. Gale. New direction for agricultural and rural policy. University of Chicago, 1996. mímeo
- LOPES, M. Rezende. Restrições às trocas internacionais mais livres e desgravadas no processo de integração latino-americano: o papel das dificuldades criadas pelo acordo do GATT em agricultura. 1995. mimeo
- PAIVA, Adelina B. Irrigação pública: realizações, problemas e perspectivas. *Dados Conjunturais da Agropecuária*, Brasília, IPEA, 1987.
- PAULA PESSOA, Elisa e BONELLI, Regis. O papel do Estado na pesquisa agrícola no Brasil. 1996.
- SCHUH, Eduardo G. Agriculture in Brasil: policy, modernization and economic development. University of Minnesota, 1996. mimeo
- VILLA VERDE, C. M. e GASQUES, José Garcia. Nota sobre os gastos públicos na agricultura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XXVIII. 1990. *Anais* ... 1990.

PUBLICAÇÕES DO IPEA (TEXTOS) 1996/1997

TEXTO PARA DISCUSSÃO - TD

- Nº 396 "O Processo da Reforma Tributária", Fernando Rezende, janeiro 1996, 18 p.
- Nº 397 "Gestão da Qualidade: Evolução Histórica, Conceitos Básicos e Aplicação na Educação", Rose Mary Juliano Longo, janeiro 1996, 14 p.
- Nº 398 "Poverty Studies in Brazil A Review", Sonia Rocha, janeiro 1996, 20 p.
- Nº 399 "Proposta de um Imposto Ambiental Sobre os Combustíveis Líquidos no Brasil", Ronaldo Seroa da Motta, Francisco Eduardo Mendes, janeiro 1996, 21 p.
- Nº 400 "A Reestruturação Produtiva nas Empresas Brasileiras e seu Reflexo sobre a Força de Trabalho, por Gênero", Virene Roxo Matesco, Lena Lavinas, janeiro 1996, 33 p.
- Nº 401 "Política de Saúde no Brasil: Diagnóstico e Perspectivas", Maria Elizabeth Barros, Sérgio Francisco Piola, Solon Magalhães Vianna, fevereiro 1996, 123 p.
- Nº 402 "ICMS: Evolução Recente e Guerra Fiscal", Marcelo Piancastelli e Fernando Perobelli, fevereiro 1996, 64 p.
- Nº 403 "Indicadores Ambientais no Brasil: Aspectos Ecológicos, de Eficiência e Distributivos", Ronaldo Seroa da Motta, fevereiro 1996, 104 p.
- Nº 404 "Capacidade Tributária dos Estados Brasileiros, 1970/90", Eustáquio José Reis, Fernando A. Blanco, fevereiro 1996, 31 p.
- Nº 405 "A Evolução do Sistema Tributário Brasileiro ao Longo do Século: Anotações e Reflexões para Futuras Reformas", Ricardo Varsano, janeiro 1996, 34 p.
- Nº 406 "O Processo de Gasto Público do Programa do Livro Didático", Jorge Abrahão de Castro, março 1996, 74 p.
- Nº 407 "A Busca da Excelência nos Serviços Públicos: O Caso de Rondonópolis"; Rose Mary Juliano Longo, Antonio Carlos da Ressurreição Xavier, Fábio Ferreira Batista, Fátima Marra, março 1996, 21 p.
- Nº 408 "A Gestão da Qualidade e a Excelência dos Serviços Educacionais: Custos e Benefícios de sua Implantação", Antonio Carlos da R. Xavier, março 1996, 17 p.
- Nº 409 "A Experiência Recente da Política Industrial no Brasil: Uma Avaliação", Eduardo Augusto Guimarães, abril 1996, 30 p.
- Nº 410 "O Problema Habitacional no Brasil: Déficit, Financiamento e Perspectivas", José Romeu de Vasconcelos e José Oswaldo Cândido Junior, abril 1996, 36 p.
- Nº 411 "Maternidade Darcy Vargas: Excelência no Atendimento ao Binômio Mãe-Filho", Fátima Marra, Antonio Carlos da Ressurreição Xavier, Fábio Ferreira Batista e Rose Mary Juliano Longo, abril 1996, 20 p.
- Nº 412 "Tarifas, Preços e a Estrutura Industrial dos Insumos Agrícolas: O Caso dos Defensivos (Relatório Final)", Jacob Frenkel, maio 1996, 120 p.
- Nº 413 "A Política Industrial Brasileira: Mudanças e Perspectivas", Flávio Tavares de Lyra, maio 1996, 21 p.

- Nº 414 "Transformações no Padrão Locacional Industrial: o Caso de Santa Rita do Sapucaí", Fernando S. Perobelli, maio 1996, 60 p.
- Nº 415 "Estudo da Função Demanda por Serviço de Saneamento e Estudo da Tarifação do Consumo Residencial", Thompson Almeida Andrade, Antônio Salazar Pessoa Brandão, John B. Whitcomb, Waldir Jesus Araújo Lobão, Salomão Lipcovith Quadros da Silva, Márcio Duarte Lopes, Deisiane Pinheiro Bernardo, Bruno Arruda Marinho e Marcelo Pereira Oliveira, maio 1996, 61 p.
- Nº 416 "Aspectos Econômicos da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos", Larissa Steiner Chermont e Ronaldo Seroa da Motta, maio 1996, 26 p.
- Nº 417 "De Ônus a Bônus: Política Governamental e Reformas Fiscais na Transformação do Estado Brasileiro", Ricardo Varsano, maio 1996, 18 p.
- Nº 418 "Trade Liberalization and Quality Innovation in Brazilian Autos", Renato Fonseca, maio 1996, 32 p.
- № 419 "A Demanda por Moeda no Brasil: 1974/95", Octávio A. F. Tourinho, maio 1996, 19 p.
- Nº 420 "Propostas de Reforma do Sistema Tributário Nacional", Fernando Rezende, maio 1996, 26 p.
- Nº 421 "Elementos para Discussão de uma Política Industrial para o Brasil", Annibal V. Villela e Wilson Suzigan, maio 1996, 54 p.
- Nº 422 "O Processo de Privatização das Empresas Brasileiras", José Coelho Matos Filho e Carlos Wagner de A. Oliveira, maio 1996, 28 p.
- Nº 423 "A Política de Importação no Plano Real e a Estrutura de Proteção Efetiva", Honório Kume, maio 1996, 23 p.
- Nº 424 "Produto Interno Bruto por Unidade da Federação", Antonio Braz de Oliveira e Silva, Claudio Monteiro Considera, Lucília de Fátima Rocha Valadão e Mérida Herasme Medina, maio 1996, 105 p.
- Nº 425 "O Perfil Regional do Orçamento Geral da União (OGU) 1995 Lei nº 8 980/95" (versão preliminar), Antonio Carlos F. Galvão, Generosa Sabino Campelo Bezerra, Márcia Figueira de A. dos Santos, Maria Lélia O. F. Rodriguez e Ronaldo Vasconcellos, junho 1996, 64 p.
- Nº 426 "Privatização e Qualidade dos Serviços Públicos de Infra-Estrutura: Controle Social e Participação do Consumidor", Hamilton Nonato Marques, junho 1996, 41 p.
- Nº 427 "Passos para o Gerenciamento Efetivo de Processos no Setor Público: Aplicações Práticas", Fábio Ferreira Batista (coordenador), Antonio Carlos da Ressurreição Xavier, Fátima Marra, e Rose Mary Juliano Longo, junho 1996, 53 p.
- Nº 428 "Ocupação e Escolaridade: Tendências Recentes na Grande São Paulo", Edgard Luiz Gutierrez Alves e Fábio Veras Soares, junho 1996, 57 p.
- Nº 429 "O Estímulo aos Investimentos Tecnológicos: O Impacto sobre as Empresas Brasileiras", Virene Roxo Matesco e Paulo Tafner, julho 1996, 41 p.
- Nº 430 "O Crescimento Econômico Ótimo em Economias com Inflação", Octávio A. F. Tourinho, julho 1996, 20 p.
- Nº 431 "Gasto Público Federal: Análise da despesa Não-Financeira, Marcelo Piancastelli e Francisco Pereira, agosto, 1996 54 p.

- Nº 432 "Impacto dos Financiamentos sobre o Crescimento das Importações Brasileiras: 1992/95", Marcelo Nonnenberg, agosto 1996, 26 p.
- Nº 433 "The Economics of Biodiversity in Brazil: The Case of Forest Conversion", Ronaldo Seroa da Mota, agosto 1996, 24 p.
- Nº 434 "Privatização do Sistema Ferroviário Brasileiro", Sérgio de Azevedo Marques, agosto 1996, 67 p.
- Nº 435 "O Financiamento do Banco Mundial ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP)", Ricardo Pereira Soares, setembro 1996, 28 p.
- Nº 436 "Reforma da Previdência: Modelo de Opções," Francisco Eduardo Barreto de Oliveira, Kaizô Ixakami Beltrão e Maria Tereza Marsillac, setembro 1996, 16p.
- Nº 437 "A Regulamentação ambiental: Instrumentos e Implementação", Sergio Margulis, setembro 1996, 42 p.
- Nº 438 "Tarifação Social no Consumo Residencial de Água," Thompsona Andrade e Waldir J. de Araújo Lobão, setembro 1996, 62 p.
- Nº 439 "Renda e Pobreza: Os Impactos do Plano Real," Sonia Rocha, setembro 1996, 28 p.
- Nº 440 "Uso de Instrumentos Econômicos na Gestão Ambiental da América Latina e Caribe: Lições e Recomendações," Ronaldo Serôa da Motta, Jack Ruitenbeek e Richard Huber, outubro 1996, 70 p.
- Nº 441 "Distribuição de Renda, Crescimento Endógeno e Política Fiscal: Uma Análise Cross-Section para os Estados Brasileiros", Victor Duarte Lledó, outubro 1996, 45 p.
- Nº 442 "Indicadores de Esforço Tecnológico: Comparações e Implicações", Virene Roxo Matesco e Lia Hasenclever, outubro 1996, 29 p.
- Nº 443 "Modelos para a Projeção do Consumo Nacional e Regional de Óleo Diesel", Ajax R. B. Moreira, outubro 1996, 36 p.
- Nº 444 "Aspectos Institucionais e Regulatórios da Integração de Transportes do Mercosul", Newton de Castro e Philippe Lamy, outubro 1996, 97 p.
- Nº 445 "Liberalization, Stabilization and Poverty in Latin America During the 1990's", André Urani, outubro 1996, 38 p.
- Nº 446 "Um Modelo de Previsão do PIB, Inflação e Meios de Pagamento", Ajax R. B. Moreira, Antonio Florêncio e Hedibert Freitas Lopes, novembro 1996, 36 p.
- Nº 447 "A Estrutura a Termo da Taxa de Juros: Uma Síntese", José W. Rossi, novembro 1996, 46 p.
- Nº 448 "Evolução e Crise da Dívida Pública Estadual", Anna Ozorio de Almeida, novembro 1996, 44 p.
- Nº 449 "Estimação de Hiperparâmetros em Modelos de Previsão", Hedibert Freitas Lopes, Alexandra Mello Schmidt e Ajax R. Bello Moreira, dezembro 1996, 39 p.
- Nº 450 "Proporcionalidades e Exclusão no Sistema Político-Eleitoral Brasileiro", Paulo Tafner, dezembro 1996, 39 p.
- Nº 451 "Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) redistribuição da carga tributária e elasticidades", Marcelo Piancastelli, Fernando Perobelli e Gisela Vaz de Mello, dezembro 1996, 33 p.

- Nº 452 "Flexibilidade do Mercado Trabalho Brasileiro: uma Avaliação Empírica", Ricardo Paes de Barros, Rosane Silva Pinto de Mendonça, janeiro 1997, 46 p.
- Nº 453 "A Desigualdade da Pobreza: Estratégias Ocupacionais e Diferenciais por Gênero", Ricardo Paes de Barros, Ana Flávia Machado, Rosane Silva Pinto de Mendonça, janeiro 1997, 40 p.
- Nº 454 "Bem-Estar, Pobreza e Desigualdade de Renda: Uma avaliação da Evolução Histórica e das Disparidades", Ricardo Paes de Barros, Rosane Silva Pinto de Mendonça, Renata Pacheco Nogueira Duarte, janeiro 1997, 60 p.
- Nº 455 "A Cost-Benefit Analysis of Deforestation in the Brazilian Amazon", Lykke E. Andersen, janeiro 1997, 44 p.
- Nº 456 "IPEADATA", Eustáquio J. Reis, Márcia Pinto e Andrea Amancio, janeiro 1997, 40 p.
- Nº 457 "É Possível uma Política para o Setor Serviços?", Hildete Pereira de Melo, Carlos Frederico Leão Rocha, Gleno Ferraz, Alberto Di Sabbato e Ruth Helena Dweck, janeiro 1997, 27 p.
- Nº 458 "As Agências Federais de Crédito e as Prioridades do Governo Central", José Romeu de Vasconcelos, janeiro 1997, 75 p.
- Nº 459 "Qualidade Total: Afinal, de que Estamos Falando?", Lenita Maria Turchi, fevereiro 1997, 38 p.
- Nº 460 "Desigualdades Regionais: Indicadores Socioeconômicos nos anos 90", Lena Lavinas, Eduardo Henrique Garcia e Marcelo Rubens do Amaral, fevereiro 1997, 48 p.
- Nº 461 "Problemas da Gestão Ambiental na Vida Real: A experiência do Rio de Janeiro", Segio Margulis e Paulo Pereira de Gusmão, fevereiro 1997, 27 p.
- № 462 "Quality Change in Brazilian Automobiles", Renato Fonseca, fevereiro 1997, 49 p.
- Nº 463 "The Variance of Inflation an the Stability of the Demand for Money in Brazil: A Bayesian Approach", Elcyon Caiado Rocha Lima e Ricardo Sandes Ehlers, março 1997, 33 p.
- Nº 464 "Análise de Intevenção via Estimação Clássica e Bayesiana de Fatores de Desconto: Uma Aplicação para o Índice da Produção Industrial no Brasil", Elcyon Caiado Rocha Lima e Ricardo Sandes Ehlers, março 1997, 26 p.
- Nº 465 "O ICMS Sobre as Exportações Brasileiras: uma Estimativa da Perda Fiscal e do Impacto Sobre as Vendas Externas", Honorio Kume e Guida Piani, março 1997, 30 p
- Nº 466 "Desigualdades Regionais e Retomada no Crescimento num Quadro de Integração Econômica", Lena Lavinas, Eduardo Henrique Garcia e Marcelo Rubens do Amaral, março 1997, 37 p.
- Nº 467 "Desoneração do ICMS da Cesta Básica", Frederico Andrade Tomich, Luís Carlos
 G. de Magalhães e Eduardo Malheiros Guedes, março 1997, 39 p.
- Nº 468 "Emprego no Brasil nos Anos 90", Lauro Ramos e José Guilherme Almeida Reis, março 1997, 36 p.
- Nº 469 "Estimação de Equações de Exportação e Importação para o Brasil 1955/95", Alexandre Samy de Castro e outros, março 1997, 61 p.

- Nº 470 "Comércio e Meio Ambiente no MERCOSUL: algumas considerações preliminares", Maria Bernadete Sarmiento Gutierrez, março 1997, 26 p.
- Nº 471 "Notas Sobre Políticas de Emprego", Carlos Alberto Ramos, abril 1997, 37 p.
- Nº 472 "Perfil da Saúde no Brasil", André Cezar Medici, abril 1997, 189 p.
- Nº 473 "Modernização Produtiva e Relações de Trabalho: Perspectivas de Políticas públicas", Edgard Luiz Gutierrez Alves, Fábio Veras Soares, Brunu Marcus Ferreira Amorim e George Henrique de Moura Cunha, abril 1997, 37 p.
- Nº 474 "Impactos das Multinacionais na Reestruturação da Indústria: Uma Proposta Metodológica", João Alberto De Negri, maio 1997, 45 p.
- Nº 475 "Desemprego Regional no Brasil: Uma Abordagem Empírica", Carlos Henrique Corseuil, Gustavo Gonzaga e João Victor Issler, abril 1997, 33 p.
- Nº 476 "O Setor de Bens de Eletrônicos de Consumo no Brasil: Uma Análise de seu Desempenho Recente e Perspectivas de Evolução Futura", Robson R. Gonçalves, abril 1997, 28 p.
- Nº 477 "Previdência Rural: Relatório de Avaliação Socioeconômica", Guilherme C. Delgado, maio 1997, 66 p.
- Nº 478 "A Estrutura do Desemprego no Brasil", Ricardo Paes de Barros e outros, maio 1997, 31 p.
- Nº 479 "Instrumentos Econômicos para o Controle Ambiental do Ar e da Água: Uma Resenha da Experiência Internacional", Francisco Eduardo Mendes e Ronaldo Seroa da Motta, maio 1997, 66 p.
- Nº 480 "Os Fundos de Pensão como Geradores de Poupança Interna", Francisco Pereira, Rogério Boueri Miranda e Marly Matias Silva, maio 1997, 56 p.
- Nº 481 "A Sustentabilidade de Déficits em Conta Corrente", Alexis Maka, maio 1997, 25 p.
- Nº 482 "Um Guia para Modelos de Valor Presente", José W. Rossi, maio 1997, 37 p.
- Nº 483 "Desenvolvimento e Política Regional na União Européia", Gustavo Maia Gomes, maio 1997, 119 p.
- Nº 484 "Desigualdades Setoriais e Crescimento do PIB no Nordeste: Uma Análise do Período 1970/1995", Aristides Monteiro Neto, maio 1997, 32 p.
- Nº 485 "O Papel dos Fundos Parafiscais no Fomento FGTS e FAT", Maurício Mota Saboya Pinheiro, junho 1997, 37 p.
- Nº 486 "Implantação a Gestão da Qualidade em Hospitais: A Experiência da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre RS", Antonio Carlos da R. Xavier, Fábio Ferreira Batista, Fátima Marra e Rose Mary Juliano Longo, junho 1997, 39 p.
- Nº 487 "Um Novo Paradigma de Gestão ou Mais Um Programa de Qualidade? A Experiência do Hospital das Clínicas de Porto Alegre (HCPA)", Antonio Carlos da R. Xavier e Fábio Ferreira Batista, junho 1997, 47 p.
- Nº 488 "Poupança Privada e Sistema Financeiro: Possibilidades e Limitações", José Coelho Matos Filho e José Osvaldo Cândido Jr., junho 1997, 37 p.
- Nº 489 "Elasticidade Renda e Preço da Demanda Residencial de Energia Elétrica no Brasil", Thompson A. Andrade e Waldir J. A. Lobão, junho 1997, 20 p.

- Nº 490 "Valoração de Recursos Naturais como Instrumento de Análise da Expansão da Fronteira Agrícola na Amazônia", Carlos Eduardo Frickmann Young e José Ricardo Brun Fausto, junho 1997, 27 p.
- Nº 491 "The Demand and Supply of Money under High Inflation: Brazil 1974/94", Octávio A. F. Tourinho, junho 1997, 22 p.
- Nº 492 "Políticas Industriais Descentralizadas: as Experiências Européias e as Iniciativas Subnacionais no Brasil", Adriana Fernandes de Brito e Regis Bonelli, junho 1997, 36 p.
- № 493 "A Solvência da Dívida: Testes para o Brasil", José W. Rossi, julho 1997, 55 p.
- Nº 494 "Mercosul: Integração Regional e o Comércio de Produtos Agrícolas", Maria Beatriz de Albuquerque David e Marcelo José Braga Nonnenberg, julho 1997, 95 p.
- Nº 495 "A Participação Privada no Investimento em Infra-Estrutura e o Papel do *Project Finance*", Waldery Rodrigues Júnior, julho 1997, 50 p.
- Nº 496 "Poupança Externa e o Financiamento do Desenvolvimento", Marcela Meirelles Aurélio, julho 1997, 45 p.
- Nº 497 "Emprego e Ocupação: Algumas Evidências da Evolução do Mercado de Trabalho por Gênero na Grande São Paulo 1988/1995", Edgard Luiz Gutierrez Alves, Brunu Marcus Ferreira Amorim e George Henrique de Moura Cunha, julho 1997, 26 p.
- Nº 498 "Abertura Comercial, Financiamento das Importações e o Impacto sobre o Setor Agrícola", Gervásio Castro de Rezende, Marcelo José Braga Nonnenberg e Mariano Cesar Marques, julho 1997, 24 p.
- Nº 499 "Uma Avaliação Empírica do Grau de Flexibilidade Alocativa do Mercado de Trabalho Brasileiro", Ricardo Paes de Barros, Luiz Eduardo Miranda Cruz, Miguel Nathan Foguel e Rosane S. P. de Mendonça, julho 1997 20 p.
- Nº 500 "A Guerra Fiscal do ICMS: Quem Ganha e Quem Perde", Ricardo Varsano, julho 1997, 13 p.
- Nº 501 "A Interpenetração entre os Mercados de Frangos e Bovinos: Uma Aplicação da Metodologia Var-Estrutural", Elcyon Caiado Rocha Lima, julho 1997, 22 p.
- Nº 502 "Crescimento e Produtividade da Agricultura Brasileira", José Garcia Gasques e Júnia Cristina P. R. da Conceição, julho 1997, 20 p.
- Nº 503 "Rotatividade e Instituições: Benefícios ao Trabalhador Desligado Incentivam os Afastamentos?", Carlos Alberto Ramos e Francisco Galrão Carneiro, agosto 1997, 44 p.
- Nº 504 "Produtividade na Indústria Brasileira Questões Metodológicas e Análise Empírica", João Saboia e Paulo Gonzaga M. de Carvalho, agosto 1997, 44 p.
- Nº 505 "O Impacto Econômico da AIDS/HIV no Brasil", André Nunes, agosto 1997, 21 p.
- Nº 506 "Disponibilidade Cambial e Especificação da Função de Demanda de Importações para o Brasil", Marco Flávio C. Resende, agosto 1997, 38 p.
- Nº 507 "A Infra-Estrutura e o Processo de Negociação da ALCA", Pedro da Motta Veiga, agosto 1997, 38 p.

- Nº 508 "Reforma da Previdência", Francisco Eduardo Barreto de Oliveira, Kaizô Iwakami Beltrão e Mônica Guerra Ferreira, agosto 1997, 75 p. .
- Nº 509 "Desafios Ambientais da Economia Brasileira", Ronaldo Seroa da Motta, agosto 1997, 23 p.
- Nº 510 "Efeitos do MERCOSUL no Brasil: uma Visão Setorial e Locacional do Comércio", Constantino Cronemberger Mendes, agosto 1997, 43 p.
- Nº 511 "Sistemas Públicos de Emprego: a Experiência de Três Países da OCDE (Espanha, EUA e Alemanha)", Carlos Alberto Ramos, setembro 1997, 23 p.
- Nº 512 "Transformações no Padrão Etário da Mortalidade Brasileira em 1979—1994 e o seu Impacto na Força de Trabalho", Ana Amélia Camarano, Kaizô Iwakami Beltrão, Herton Ellery Araújo e Marly Santos Pinto, setembro 1997, 31 p.
- Nº 513 "Deforestation, Development, and Government Policy in the Brazilian Amazon: an Econometric Analysis", Lykke E. Andersen, Eutáquio J. Reis, setembro 1997, 24 p.
- Nº 514 "Aspectos da Demanda por Unidades Habitacionais nas Regiões Metropolitanas 1995/2000", Robson R. Gonçalves, setembro 1997, 25 p.
- Nº 515 "Competitividade e Produtividade das Algodoeiras e das Fiações no Sul-Sudeste do Brasil", setembro 1997, 67 p.
- Nº 516 "Três Modelos Teóricos para a Previdência Social", Rogério Boueri Miranda, setembro 1997, 52 p.
- Nº 517 "A Organização Mundial de Comércio", João Paulo G. Leal, setembro 1997, 69 p.
- Nº 518 "Perfil Regional e Estadual da Execução da Despesa Orçamentária da União 1995", Antonio Carlos F. Galvão, Maria Lelia O. F. Rodriguez e Nelson Fernando Zackseski, setembro 1997, 82 p.
- Nº 519 "A Globalização e o Papel das Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico", Helena Maria Lastres, outubro, 53 p.
- Nº 520 "Estratégias de Combate à Inflação: Âncora Cambial Versus Âncora Monetária", Alexis Maka, outubro, 29 p.
- Nº 521 "Impactos para o Brasil de um Acordo de Livre Comércio com a Venezuela", Edson P. Guimarães e Antonio José Alves Jr, outubro 1997, 79 p.
- Nº 522 "Composição do Crescimento dos Serviços na Economia Brasileira: Uma Análise da Matriz Insumo-Produto 1985/92", Frederico Rocha, outubro 1997, 18 p.
- Nº 523 "The Post 1990 Brazilian Trade Liberalization and the Performance of Large Manufacturing Firms: Productivity, Market Share and Profits", Donald A. Hay, outubro 1997, 36 p.
- Nº 524 "Alíquota Equânimes para um Sistema de Seguridade Social", Francisco Eduardo Barreto de Oliveira, Kaizô Iwakami Beltrão e Leandro Vicente Fernandes Maniero, outubro 1997, 73 p.
- Nº 525 "Investimentos em Educação e Desenvolvimento Econômico", Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça, novembro 1997, 8 p.
- Nº 526 "Pespectivas para o Mercado de Trabalho Brasileiro ao Longo da Próxima Década", Ricardo Paes de Barros, Miguel Fogel e Rosane Mendonça, novembro 1997, 29 p.

- Nº 527 "As Políticas Industrial e de Comércio Exterior no Brasil: Rumos e Indefinições", Regis Bonelli, Pedro da Mota Veiga e Adriana Fernandes de Brito, novembro 1997, 73 p.
- Nº 528 "Impactos do Crescimento Econômico e de Reduções no Grau de Desigualdade sobre a Pobreza", novembro de 1997, 17 p.
- Nº 529 "Uma Avaliação da População-Alvo do Programa Curumim", Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça, novembro 1997, 47 p.
- Nº 530 "A Dimensão Urbana do Desenvolvimento Econômico Espacial Brasileiro", Diana Meirelles da Motta, Charles Curt Muelle e Mrcelo de Oliveira Torres, 1997, 32 p.
- Nº 531 "Gastos Governamentais Voltados para a Melhoria da Produtividade e Competitividade da Agricultura", Carlos Monteiro Villa Verde, 1997, 30 p.